



Corumbá Concessões S.A.
Relatório da administração
Dezembro de 2014

Relatório da administração 2014

Senhores Acionistas:

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas., e ao público em geral às Demonstrações Financeiras da Corumbá Concessões S.A. ("Concessionária"), com as respectivas Notas Explicativas, acompanhadas do Parecer dos Auditores Independentes referente aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e de 2013.

Considerações gerais:

O pano de fundo do setor elétrico no ano de 2014, o qual já se pronunciava em 2013, foi fortemente marcado pelo aumento do despacho térmico e proporcional redução na geração hidráulica do Sistema como um todo. Seja pela menor ocorrência de chuvas ou seja pela redução da capacidade de regulação e armazenamento das novas usinas a fio d'água, o reflexo para as usinas hidráulicas participantes do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE) foram despesas extraordinárias ao longo de todo o ano de 2014 dado às liquidações financeiras no MRE fortemente negativas, de forma a compensar a falta de geração hidráulica do sistema como um todo, ressarcindo os maiores custos da geração térmica. De uma forma geral em todos os meses de 2014 a geração hidráulica nacional efetiva foi menor que a requerida, estimando-se uma média mensal maior que 10% de déficit de geração nesse ano. Esse fato aliado a um Preço de curto prazo (SPOT) quase sempre no teto máximo (R\$ 822,83 / MWh), significou grandes despesas para o setor de geração hidráulica de uma forma geral. Não obstante a Companhia ter sido favorecida por uma hidraulicidade melhor que a média nacional em 2014 (geração efetiva menor em apenas 2,8%), muitas vezes as programações de geração efetuadas pelo Operador Nacional do Sistema (ONS) reduziram a geração máxima potencial da usina, algumas vezes até vertendo água, o que ajuda a explicar esse pequeno déficit de geração. A Companhia contudo faz parte do sistema MRE como um todo, e dessa forma o prejuízo médio das geradoras hidráulicas de todo o país acaba sendo percebido pela Companhia de forma mais acentuada. No ano de 2014 a despesa da Companhia nessa rubrica alcançou mais de R\$ 16.000 (fora despesas de hedge de energia no segundo semestre), representando uma redução de cerca de 11% da receita bruta da venda de energia.

Em 2014 registramos a resolução do procedimento arbitral CMA 201, instaurado na Câmara de Conciliação, Mediação e Arbitragem de São Paulo (CIESP) datado de 2010, no qual era pleiteado **compensação pelo fornecedor Serveng Civilsan S.A. de perdas e danos nos contratos originais da obra**. Em julho deste ano foi então decidido que a Companhia era devedora de **R\$ 118.253** a ser pago em 60 dias sujeitos ainda a correção monetária pelo IGPM e juros simples de 12% a.a. Da referida sentença, a Companhia apresentou em 21.08.2014 pedido de esclarecimentos ao Tribunal Arbitral, o qual se pronunciou em **17.09.2014** pela manutenção integral da sentença, cujo montante da condenação, não recorrente, representou portanto despesa não operacional afetando negativamente o resultado. Em outro giro, parcialmente compensando essa despesa, registramos pleno sucesso para a Companhia na resolução do procedimento arbitral 37/2012 que tramitou no Centro de Arbitragem da Câmara de Comércio Brasil – Canadá, onde a Companhia litigou com o BRB – Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A (BRB-DTVM) e Fundo de Investimentos em Participações BRB - Corumbá (FIP), onde a Companhia obteve sucesso em sua demanda de cumprimento de contrato reconhecendo e recebendo caixa de R\$ 5.991.

Estes fatos acima descritos, **juntamente com ajustes no imposto diferido**, explicam em sua quase totalidade o prejuízo registrado em 2014 de R\$ 74.049, interrompendo nesse ano a trajetória de lucratividade até então observada pela Companhia. Caso fossem excluídos esses itens não recorrentes o resultado operacional da Companhia se situaria na média setorial e ainda registraria resultado líquido positivo (lucro) pelo terceiro ano consecutivo, refletindo a boa gestão dos custos controláveis vis a vis a trajetória do seu contrato de compra e venda de energia. Tais efeitos negativos contudo não foram exclusivos, isto é, foram frutos de um conjunto de fatores regulatórios e operacionais do sistema como um todo bastante específicos e atípicos do setor elétrico ocorrido nesse período. Não obstante serem fatores não recorrentes (condenação arbitral e crise hídrica), no que diz respeito a questão hídrica a Companhia estuda estratégias de hedge energético para os anos seguintes.

No que diz respeito a estrutura de financiamento da Companhia e em face do alto custo financeiro da dívida reconhecida (IGPM+12% a.a.) representada pela decisão arbitral CMA 201 retrocitada, o **Conselho de Administração da Companhia**, levando em consideração os pareceres do Jurídico e da Diretoria da Companhia e de parecer de Procurador do Distrito Federal, que demonstravam a vantajosidade da operação, **autorizou a Diretoria a reestruturar o endividamento da Companhia**, cambiando os endividamentos até então existentes no balanço de forma que fossem reduzidos os custos financeiros de curto e médio prazos, reestruturando também os prazos de pagamento. O quadro a seguir exemplifica a proposta de reestruturação que foi aprovada: Em um cenário de “nada fazer”, isto é, manter a dívida arbitral vencida no portfólio da Companhia, vemos que na época da decisão (set/11) o custo médio total ponderado de todas as dívidas seria em torno de 14,4% a.a. e, ao longo do tempo chegaríamos em 2017 com custo médio de 16,4%, uma vez que a dívida do BNDES/BB seria amortizada até essa data. Em contrapartida a nova dívida global, suficiente para substituir todas as demais dívidas se situaria em cerca de 14,1%, menor que o custo no curto prazo e ainda menor que o mesmo no médio prazo. Além disso o reescalonamento do “*duration*” das dívidas possibilitou uma sensível melhora no índice de liquidez corrente (Ativo Circulante sobre Passivo Circulante) da Companhia.

	NADA FAZER 2014		NADA FAZER EM 2017		REALAVANCAR 2014
	VALOR MMR\$	CUSTO EM 2014 % a.a.	VALOR MMR\$	CUSTO EM 2017 % a.a.	CUSTOS NOVOS % a.a.
BNDES/BB	123	10,3%	-	-	
DEBÊNTURES 1 EMISSÃO	216	14,2%	180	14,2%	
DÍVIDA ARBITRAL	135	18,3%	216	18,3%	
NOVA DÍVIDA					14,1%
CUSTO MÉDIO PONDERADO		14,4%		16,4%	14,1%

Base set/2014

A nova dívida para a substituição da dívida mais onerosa (dívida arbitral) teve que ser operacionalizada de forma a englobar (pagar) todas as demais dívidas, inclusive o financiamento original do BNDES/BB, por conta da estrutura de garantias, uma vez que as mesmas já estavam de posse em 1º grau ao BNDES/BB e em 2º grau para as debêntures da primeira emissão, sendo comercialmente inviável a estruturação de uma nova tranche de dívida somente para fazer face à substituição da dívida arbitral sem as garantias necessárias, pois as mesmas já estavam comprometidas.

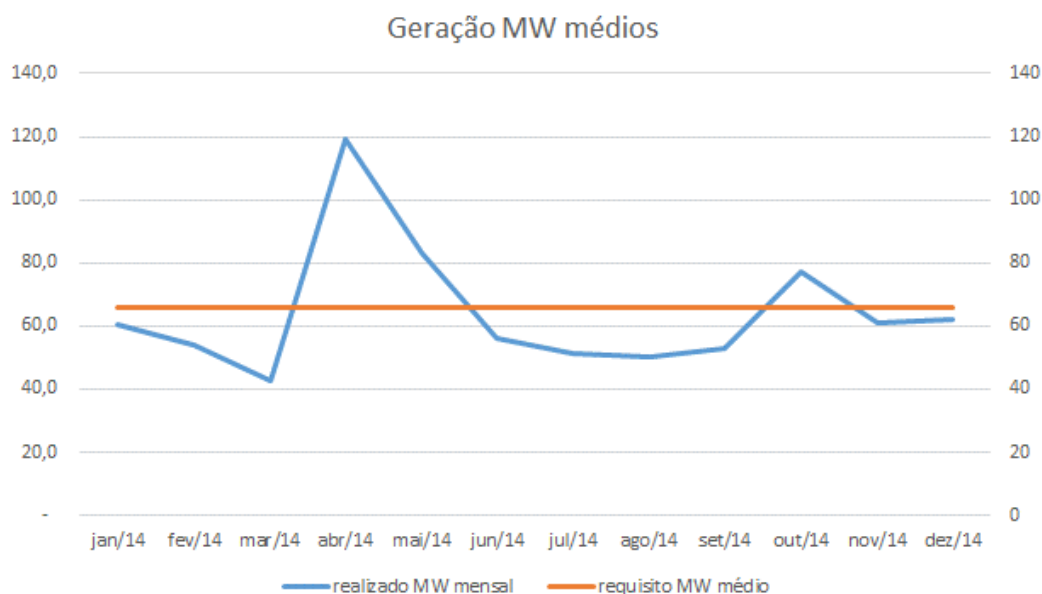
Dessa forma, após negociações com várias instituições financeiras e aprovação do **Conselho de Administração**, em **19 de dezembro de 2014** foram subscritas e integralizadas **nova emissão de debêntures não conversíveis**, em duas séries, uma primeira série da espécie quirografária com garantia fidejussória e real adicionais, a ser convolada em da espécie com garantia real e com garantia fidejussória adicional; enquanto a segunda série da espécie quirografária, a ser convolada em da espécie com garantia real, cujas emissões foram aprovadas na 1ª Assembleia Geral Extraordinária da Companhia, realizada em 28 de novembro de 2014, **totalizando valor de R\$ 481.500**, ambas as séries com remuneração pactuada de **128% do CDI**. A primeira série de debêntures (código “CRUM22”) no valor de R\$ 270.000 e a segunda série (código “CRUM12”) no valor de R\$ 211.500. O pagamento do

valor nominal unitário (principal) referente às debêntures da primeira série será realizado pela Companhia aos debenturistas em 94 (noventa e quatro) parcelas mensais e sucessivas, sendo a primeira devida em 19 de março de 2015 (inclusive). O pagamento do valor nominal unitário (principal) referente às debêntures da segunda série será realizado pela Companhia a partir do 18º (décimo oitavo) mês contado da data de emissão, ou seja, a partir de 19 de junho de 2016 (inclusive), em 14 (quatorze) parcelas semestrais e sucessivas. **O prazo total de ambas as séries é de 96 meses**, sendo os encargos devidos pagos mensalmente sem carência, a partir da data de emissão.

Registra-se por fim, que o efeito final da retrocitada operação foi uma melhora nos indicadores de liquidez corrente da Companhia na medida em que estruturou-se um cronograma de amortização da dívida mais adequado à capacidade de geração de caixa da Companhia, e além disso, ensejou uma redução dos encargos financeiros associados à cesta de dívidas então existentes.

Destaques em 2014:

Apesar da geração hidráulica Nacional em 2014 ter ficado abaixo de seus valores esperados em mais de 10% (GSF de 90%), a Companhia isoladamente não reduziu sua geração nesse montante, ficando apenas cerca de 2% a menor, ou seja, gerou fisicamente MW médios praticamente suficientes para atingir ao seu requisito energético previsto no seu contrato de Concessão bem como no contrato de compra e venda de energia, tendo até mesmo vertido por vários dias. Vide gráfico que segue.



REQUISITO MW MÉDIO NO ANO NA USINA = 66 MW (*)

REALIZADO MW MÉDIO NO ANO NA USINA = 64,1 MW (*)

(*) 10 MW médios adicionais são computados pelo ganho de cascata a jusante.

No tocante à geração operacional registra-se taxa média de disponibilidade da Usina em torno 95,3%, sendo maior que o valor de 94,14% no ano de 2013.

Em relação ao caixa, destacamos o início em outubro de 2014 do recebimento em 12 parcelas dos valores relacionados ao êxito regulatório da Companhia na demanda de correção de faturamento realizado a preços menores que o previsto no Contrato de Compra e Venda de Energia da Companhia com a CEB Distribuição S.A., no período de setembro de 2005 a abril de 2006, por conta da equivocada aplicação da Resolução ANEEL nº 165/2005 ao faturamento da Companhia naquele período, época essa que fora efetivamente entregue energia para a CEB Distribuição S.A. para atender ao Contrato de Compra e Venda de Energia (CCVE) com esta última, sem a Companhia estar operando. Esses recebimentos são lastreados na 35ª reunião de Diretoria da ANEEL de setembro de 2013 e na 48ª reunião de Diretoria da ANEEL em dezembro desse mesmo ano, que foi determinada que a Companhia procedesse com a citada correção desse faturamento a menor, aplicando-se os preços previstos no contrato, indexados pelo IGP-M, bem como lastreado pelo acordo de parcelamento efetuado entre a CEB Distribuição e a Companhia. Tal ajuste ensejou um caixa adicional em 2014 de R\$ 10.936 e em 2015 proporcionará R\$32.809 adicionais.

Ressaltamos ainda em 2014 êxito operacional/regulatório relativo ao projeto do aumento da energia assegurada da Usina. Após o despacho ANEEL 4286/2013, que aprovou a elevação da cota da usina para 842,60m (+60 cm), após uma nova Licença de Operação emitida pelo IBAMA, e após pareceres técnicos do Operador Nacional do Sistema elétrico (ONS) e da Empresa de Pesquisa Energética (EPE), o Ministério de Minas e Energia (MME) publicou despacho no Diário Oficial da União (DOU) nº 248, em 23 de dezembro de 2014, em que foi dado publicidade a Portaria nº 390, de 22/12/2014, elevando a energia assegurada (lastro comercial) da UHE Corumbá IV em 0,6 MW médios adicionais, passando para um novo patamar de 76,6 MW médios. A Administração celebra essa conquista em um momento especialmente importante, onde o setor de geração hidráulica, de uma forma geral tem enfrentado problemas para manter e gerar as suas energias firmes.

A Companhia, em linha com as melhores práticas de recursos humanos e ciente de que o seu valor é potencializado através dos seus colaboradores, deu continuidade ao desenvolvimento e valorização da sua equipe, seja investindo em treinamento (1.284 horas), seja compartilhando resultados ou mesmo enfatizando o aperfeiçoamento dos seus processos de Administração de Pessoas.

A administração da Companhia, não obstante estar atenta quanto aos possíveis desdobramentos da crise hidrológica setorial ainda no ano de 2015, acredita que em função dos projetos implementados com sucesso no ano de 2014, sejam eles de cunho operacional (aumento da energia assegurada, estudos de hedge) ou sejam eles de cunho financeiro (reestruturação da dívida global, recebimento de parcelas do acordo com a CEB Distribuição S.A.) a Companhia deve retomar sua trajetória de lucratividade, momentaneamente interrompida em 2014 e, da mesma forma, continuará a zelar pela excelência técnica e gestão de custos operacionais.

Ainda destacamos em 2014 os seguintes pontos:

- . Contratação de “hedge” energético no segundo semestre de 2014 ensejando uma redução na despesa com as liquidações no MRE em cerca de R\$ 5.117.
- . Disponibilidade da Usina e Geração física de energia elétrica dentro dos patamares de volume e qualidade requeridos pelos órgãos fiscalizadores e os clientes.
- . Ênfase no atendimento às condicionantes ambientais (vide capítulo “meio ambiente”), com forte ação em projetos de atendimento ao Plano Básico Ambiental - PBA de sócio-economia.

- . Continuidade na implantação de “workflow” informatizado de compras e contratos de forma a tornar mais rápido, transparente e seguro os processos de contratação e compras.
- . Investimento continuado no treinamento de pessoal técnico operacional da Usina, bem como reforço no treinamento do pessoal próprio do escritório da Corumbá.
- . Aprovação pelo Conselho de Administração do Plano de Negócios plurianual da Companhia, de forma a nortear as ações e projetos dirigidos pela Diretoria bem como dar visibilidade de médio prazo para os acionistas.
- . Sucesso em vários litígios judiciais nas áreas fundiárias e civil (Ação civil pública).
- . Melhorias na Gestão administrativa/financeira: Início do projeto de implantação do custeio por Atividade via Sistema ERP.
- . Renovação do Seguro Operacional e Civil com prêmio menor que os anos anteriores.

Testes de “impairment”:

Como veremos também nas notas das demonstrações financeiras que seguem, em linha com o previsto na CPC 01, a Administração, mesmo julgando desnecessária a reavaliação de seus ativos não financeiros, procedeu com a análise do valor presente da projeção dos fluxos de caixa gerados pela Companhia, chegando a valores até mesmo superiores àqueles contabilizados no seu imobilizado.

Seguindo-se ainda a CPC 01 no seu item 10 (que lista os principais indicadores de “impairment”) a Administração ressalta no caso prático:

A - Principais Indicadores Externos de “impairment”:

- (i) O valor de mercado de um ativo diminuiu sensivelmente: Não se aplica;
- (ii) Mudanças significativas com efeito adverso sobre a Concessionária ocorreram no ambiente tecnológico, de mercado, econômico, legal no qual a Concessionária opera ou no mercado para o qual é utilizado o ativo: De forma conservadora, como já explicitado, mesmo a MP 579 e a lei 12.783/2013 não alcançar a Companhia, o valor em uso (avaliados pela sua geração futura de caixa) dos seus ativos está corretamente contabilizada;
- (iii) As taxas de juros de mercado ou outras taxas de mercado de retorno sobre investimentos aumentaram durante o período: A Administração entende que o que aumentou no mercado foi a percepção de risco em alguns setores;
- (iv) O valor contábil do patrimônio líquido da Concessionária é maior do que o valor de suas ações no mercado: Não se aplica.

B - Principais Indicadores Internos de “impairment”:

- (i) Evidência de obsolescência ou dano físico de um ativo: Não se aplica;
- (ii) Mudanças significativas, com efeito adverso sobre a Concessionária, ocorreram durante o período, ou devem ocorrer em futuro próximo, na medida ou maneira em que um ativo é ou será utilizado: Não se aplica;
- (iii) Evidência, proveniente de relatório interno, que indique que o desempenho econômico de um ativo é ou será pior que o esperado: Não existe evidência.

A Concessionária continua investindo nas melhores práticas de governança corporativa, na mitigação e controle de riscos operacionais, trabalhistas, ambientais e financeiros. Os seguintes institutos são perenes na Concessionária:

- . Comitê de Riscos (trimestral): Fórum de discussão, análise e decisão acerca das estratégias frente às contingências cíveis e/ou trabalhistas;
- . Processo de Compras e Contratação: Implantado e em funcionamento “workflow” informatizado de compras e aquisições e relacionamento com Fornecedores, visando a transparência, redução de custos e imparcialidade no relacionamento com os Fornecedores. Inclui Banco de dados de contratos para maior gestão e rapidez na tomada de decisões.
- . Divulgação via Intranet para os acionistas, empregados e Fornecedores dos documentos pertinentes a cada parceiro da Concessionária, incluindo normas, documentos societários, demonstrações financeiras, entre outros.
- . Mapeamento anual na Usina, com vistas aos seguros operacional e cível, dos diversos riscos físicos envolvidos nas operações rotineiras associados a cada estrutura ou equipamento, principalmente as grandes estruturas.
- . Comitê ambiental: Reuniões mensais para análise, discussão e desenho de estratégias de atuação na área sócio-ambiental. Incluindo ainda a coordenação dos projetos de DRS (Desenvolvimento Regional Sustentável).

À título de nota, é importante frisar ainda que no ano de 2014, a Concessionária, através de seus advogados bem como com o acompanhamento do Comitê de Riscos, fez gestão dos riscos jurídicos contingentes, subsidiando com informações as provisões para esses riscos de acordo com a NPC 22.

Meio Ambiente

Visando atender as condicionantes estabelecidas na Renovação da Licença de Operação (LO) nº 514/2005, concedida pelo Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), a Companhia desenvolve ações de caráter social e ambiental, buscando a sustentabilidade econômica para o reservatório e seu entorno. As ações desenvolvidas nos Programas Básicos Ambientais (PBAs), são implementadas por equipe multidisciplinar e por empresas especializadas, sob a orientação e coordenação do Diretor Presidente. Para mitigar e controlar os impactos causados pelo reservatório da Usina, tais ações estão agrupadas no Meio Socioeconômico, Meio Físico e Meio Biótico e foram desenvolvidas ao longo de 2014, conforme quadro abaixo:

MEIO SOCIOECONÔMICO

1. PBA COMUNICAÇÃO SOCIAL

- a) PROGRAMAS DE RÁDIO: Veiculado todas as 3ª e 6ª Feiras, totalizando 96 programas.
- b) INFORMATIVOS DE TEOR JORNALÍSTICO: Produção e distribuição de 3 edições com tiragem de 5.000 exemplares cada.
- c) MATÉRIAS: Produção e divulgação de 45 matérias em meios de comunicação.
- d) SMS: 84 textos de SMS enviados para mais de 1000 números de celulares cadastrados.

2. PBA EDUCAÇÃO AMBIENTAL

- a) CAPACITAÇÃO DE AGENTES AMBIENTAIS: 02, no município de Luziânia.
- b) PARADA ECOLÓGICA (TEMÁTICA AMBIENTAL): 40, sendo: 6 em Abadiânia, 5 em Alexânia, 4 em Silvânia, 5 em Corumbá de Goiás, 8 em Luziânia, 6 em Santo Antônio do Descoberto, 6 em Novo Gama.
- c) ABORDAGEM AMBIENTAL VIA LAGO: 5 na APP do reservatório.
- d) CURSO DE CAPACITAÇÃO PARA FISCAIS DO RESERVATÓRIO: 1 em Luziânia.
- e) PALESTRAS E MONITORAMENTO PARA ALUNOS DA AGENDA 21 ESCOLAR: 179 sendo: 56 Luziânia, 20 Abadiânia, 34 Santo Antônio do Descoberto, 24 Alexânia, 24 Novo Gama, 1 Corumbá de Goiás, 20 Silvânia.
- f) CURSO DE CAPACITAÇÃO ASSOCIATIVISMO: 1 em Santo Antônio do Descoberto.
- g) VISITA À LIDERANÇAS COMUNITÁRIAS E PREFEITURAS (MOBILIZAÇÃO): 16 sendo: 2 em Abadiânia, 2 em Alexânia, 1 em Corumbá de Goiás, 6 Luziânia, 5 em Santo Antônio do Descoberto.
- h) ELABORAÇÃO DE CARTILHA EDUCATIVA: Total de 03
- i) DOAÇÕES: Cartilhas, lixocar, folders.

3. PBA SEGURANÇA E ALERTA

No ano de 2014, 16 (dezesesseis) funcionários foram capacitados neste PBA, totalizando 56 horas nos seguintes treinamentos:

- a) Curso de Brigada de Incêndio - 16 horas
- b) Curso de Trabalho em Altura - NR-35 - 8 horas
- c) Curso de Espaço Confinado - NR-33 - 8 horas
- d) Curso de Trabalho com Eletricidade - NR-10 - 16 horas
- e) Curso de Ponte Rolante - 8 horas

4. PBA REALOCAÇÃO DE INFRAESTRUTURA

- a) ÁGUA E ENERGIA ELÉTRICA: Não houveram perfurações de poços ou de energia elétrica no período de 2014.
- b) MALHA VIÁRIA: Recomposição de um aterro de 4.850m³; escavação de 950m³; fornecimento e assentamento de manilha 16m; construção dos encabeçamentos 85m²; recomposição do aterro e proteção do talude: 250m²; recomposição do pavimento 280m²
- c) DESCONSTRUÇÃO: Total de 10.426,83 m² em duas glebas em Luziânia, 940m² em uma gleba em Alexânia e o total de 6.709,60 m² em quatro glebas em Santo Antônio do Descoberto.

5. ALTERNATIVA PRODUTIVA

- a) VIVEIROS-ESCOLA: No segundo ano do projeto Viveiros-Escola, foram promovidas 10 oficinas participativas em cada um dos viveiros: na comunidade de Água Branca no município de Silvânia, na comunidade de Aparecida de Loyola em Corumbá de Goiás e no município de Santa Rosa em Santo Antônio do Descoberto. Cada um dos viveiros capacitou cerca de 30 comunitários para a produção de mudas, coleta de sementes nativas do Cerrado e recuperação de áreas degradadas, produzindo, com a participação dos comunitários, 15 mil mudas. Cerca de 30 Unidades Assistidas foram implementadas com capacitação para a produção em conjunto de 20 mil mudas. Sementes de 50 espécies, coletadas de 250 matrizes (árvores georreferenciadas), deram início ao desenvolvimento de uma rede de coleta de sementes. Os comunitários se envolveram em 30 projetos de recuperação ambiental desenvolvidos em nascentes nas margens de tributários do rio Corumbá. Os comunitários também estão em processo de fortalecimento para a comercialização que já está ocorrendo em pequena escala.

6. PACUERA

PLANO AMBIENTAL DE CONSERVAÇÃO E USO DO ENTORNO DO RESERVATÓRIO: O PACUERA está disponibilizado nas prefeituras municipais do entorno do reservatório, nos órgãos públicos e no site da Corumbá, para consultas, conforme edital divulgado pelo IBAMA no Diário Oficial da União - DOU. A CCSA divulga em determinados Programas Básicos Ambientais da Corumbá IV as orientações e diretrizes do referido documento.

7. PROJETOS SOCIAIS: ENERGIA COM RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL

- a) AGRINHO: Em 2014, 98 municípios goianos participaram do programa Agrinho. Na categoria Desenho, foram inscritos 2.721 trabalhos de estudantes da educação especial, infantil e de 1º e 2º ano. Alunos do 3º ao 9º ano participaram na categoria Redação, que contou 3.496 trabalhos inscritos. Entre os premiados de 2014 estão sete alunos de Alexânia, Luziânia e Corumbá de Goiás que fizeram desenhos e redações com o tema "Esporte, Lazer, Cidadania e Meio Ambiente".
- b) CONSTRUÇÃO DE CASAS: 1 casa construída em Santo Antônio do Descoberto
- c) RECONSTRUÇÃO DE INSTALAÇÕES FÍSICAS DE INTERESSE SOCIAL: 1 em Santo Antônio do Descoberto-GO
- d) DOAÇÕES: 300 Camisetas – IX Cavalgada Ecológica – FLONA / Silvânia e brinquedos.
- e) CAMPANHA SAÚDE: Botas, inseticida, máscaras, lanternas, luvas, camisetas, panfletos educativos sobre riscos de doenças transmitidas por vetores, sacos de lixo e bonés para campanha de saúde de Alexânia.
- f) PATROCÍNIOS CULTURAIS: Total de 03, sendo: Cavalhadas de Corumbá de Goiás, Coral Vozes de Corumbá de Goiás e Folia: Tradição e Emoção em Corumbá de Goiás

8. PROGRAMA DE MONITORAMENTO E APOIO À FISCALIZAÇÃO DO RESERVATÓRIO UHE CORUMBÁ IV

Este monitoramento observa ocorrências no reservatório e APP, baseadas nas seguintes categorias: Abertura e reabertura de estradas; Construção de casa; Desmatamento; Instalação de rede elétrica; Construção de fossa; Estacionamento; Construção de Cerca; Área para churrasco; Retirada de água; Rampa de acesso ao reservatório; Plantação ou jardinagem exótica; Perfuração de cisterna ou poço artesiano; Presença de gado; Acampamentos e Pesca predatória.

MEIO FÍSICO

1. PBA QUALIDADE DA ÁGUA E LIMNOLOGIA

Campanhas trimestrais em: 14 pontos do Rio; 08 pontos do Reservatório e 01 ponto Lançamento da ETE Santo Antônio do Descoberto-GO.

2. PBA CONTROLE DE FOCOS EROSIVOS DAS ENCOSTAS MARGINAIS

Focos Erosivos: 17 estão controlados; 44 estão recuperados; 03 de vulnerabilidade baixa; 01 de vulnerabilidade alta e 05 à jusante da barragem.

3. PBA CLIMATOLOGIA

Sem registros de alteração no microclima da região de influência da UHE Corumbá IV.

4. PBA ÁGUA SUBTERRÂNEA

Rede de monitoramento compostas por 07 piezômetros instalados no entorno do reservatório. Conforme esperado, o nível estático do lençol freático na área de influência do reservatório da UHE Corumbá IV aumentou com o enchimento do reservatório e apresenta tendência à estabilização de seu nível.

5. PBA SISMOLÓGICO

Sem registros de abalo sísmicos na área de influência do reservatório da UHE Corumbá IV.

6. PBA DE MONITORAMENTO E CONTROLE DE MACRÓFITAS - UNIDADE DE COMPOSTAGEM DE AGUAPÉ - UCA

Média anual de biomassa no reservatório: 20t/ha

Média anual de biomassa retirada do reservatório: 150.000m3

Biofertilizante produzido no ano: 25 toneladas

7. PBA SEDIMENTOLÓGICO

Rede monitoramento, composta por 6 estações hidrométricas. Monitoramento da entrada e saída de sedimentos do reservatório da UHE Corumbá IV.

MEIO BIÓTICO

1. PBA REVEGETAÇÃO DA ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE (APP) DO ENTORNO DO RESERVATÓRIO DA UHE CORUMBÁ IV

Não houve revegetação de áreas degradadas, devido a presença de gado na APP nos anos de 2013 e 2014. Foi realizado diagnóstico ambiental e social para identificação de áreas prioritárias para revegetação.

2. PBA RECUPERAÇÃO DA ÁREA DEGRADADA

Não houveram intervenções na área do PRAD em 2014.

3. PBA DA FAUNA SILVESTRE E DA ICTIOFAUNA

Concluído

4. PBA CONTROLE DE VETORES

Divulgação dos resultados da pesquisa realizada no ano de 2013 para levantamento de vetores no município de Santo Antônio do Descoberto, no entorno de áreas com e sem macrófitas.

Mais uma vez, agradecemos e ressaltamos o empenho de nossos Colaboradores, Parceiros e principalmente os Acionistas que, no ano de 2014, acreditaram e contribuíram para a retomada do equilíbrio econômico-financeiro e socioambiental da Companhia.

A ADMINISTRAÇÃO

Brasília, Fevereiro de 2015.

Corumbá Concessões S.A.

**Relatório dos auditores independentes
sobre as demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2014**



Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas
Corumbá Concessões S.A.

Examinamos as demonstrações financeiras da Corumbá Concessões S.A. ("Companhia") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

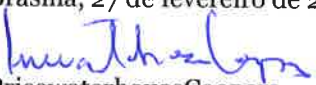


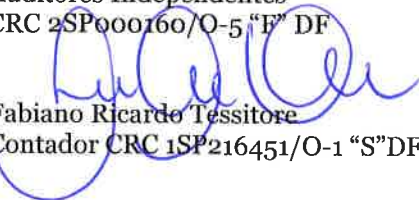
Corumbá Concessões S.A.

Opinião

Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Corumbá Concessões S.A. em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Brasília, 27 de fevereiro de 2015


PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5 "F" DF


Fabiano Ricardo Tessitore
Contador CRC 1SP216451/O-1 "S" DF

Corumbá Concessões S.A.



Balço patrimonial em 31 de dezembro Em milhares de reais

Ativo	2014	2013	Passivo e patrimônio líquido	2014	2013
		(Nota 2.20)			(Nota 2.20)
Circulante			Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 3)	14.315	16.045	Fornecedores (Nota 10)	3.566	5.443
Contas a receber (Nota 4)	48.739	53.567	Empréstimos e financiamentos (Nota 13)		37.710
Adiantamentos	3.614	4.592	Debêntures (Nota 12)	29.537	8.872
Tributos a recuperar (Nota 5)	9.588	1.742	Pesquisa e desenvolvimento – P&D (Nota 24)	1.871	1.384
Despesas antecipadas	117	126	Obrigações trabalhistas e sociais	684	467
Outros ativos (Nota 6)	2.509	1.808	Obrigações tributárias (Nota 5 (c))	12.943	1.799
	<u>78.882</u>	<u>77.880</u>	Dividendos propostos (Nota 14 (c))		3.987
			Compromisso com outorga – Uso do bem público (Nota 15)	1.282	1.193
			Outros passivos	484	485
				<u>50.367</u>	<u>61.340</u>
Não circulante			Não circulante		
Realizável a longo prazo			Fornecedores (Nota 10)	2.231	2.284
Tributos diferidos (Nota 5)	42.079	6.741	Empréstimos e financiamentos (Nota 13)		113.578
Cauções e depósitos vinculados (Nota 12)	17.997		Debêntures (Nota 12)	445.350	197.573
Depósitos judiciais (Nota 17 (a))	19	19	Provisão para causas judiciais (Nota 17 (b))	2.165	172
	<u>60.095</u>	<u>6.760</u>	Compromisso com outorga – Uso do bem público (Nota 15)	25.861	25.258
			Pesquisa e desenvolvimento – P&D (Nota 24)	438	860
Imobilizado (Nota 7)	613.638	627.704	Obrigações tributárias (Nota 5 (c))	1.522	16.577
Intangível (Nota 8)	8.112	8.508	Adiantamento para futuro aumento de capital (Nota 11 (i))	41.427	41.427
Diferido (Nota 9)	3.632	7.264		<u>518.994</u>	<u>397.729</u>
	<u>685.477</u>	<u>650.236</u>	Patrimônio líquido (Nota 14)		
			Capital social	235.259	235.259
			Ajuste de avaliação patrimonial	(16.292)	(16.292)
			Reservas de lucros		50.080
			Prejuízo acumulado	(23.969)	
				<u>194.998</u>	<u>269.047</u>
Total do ativo	764.359	728.116	Total do passivo e do patrimônio líquido	764.359	728.116

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Corumbá Concessões S.A.
Demonstração do resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	2014	2013
Operações continuadas		
Receita líquida (Nota 18)	138.489	172.762
Custo dos serviços de energia elétrica (Nota 19)	<u>(76.369)</u>	<u>(60.503)</u>
Lucro bruto	<u>62.120</u>	<u>112.259</u>
Resultado operacional		
Despesas administrativas (Nota 20)	(11.437)	(6.368)
Outras despesas operacionais, líquidas (Nota 17)	<u>(112.223)</u>	<u></u>
Lucro / (prejuízo) operacional antes do resultado financeiro	(61.540)	105.891
Resultado financeiro (Nota 21)	<u>(51.228)</u>	<u>(42.454)</u>
Lucro / (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	(112.768)	63.437
Imposto de renda e contribuição social – corrente (Nota 5 (b))		(7.596)
Imposto de renda e contribuição social – diferido (Nota 5 (b))	<u>38.719</u>	<u>(13.866)</u>
Lucro líquido / (prejuízo) do exercício	<u>(74.049)</u>	<u>41.975</u>
Quantidade de ações ao final do exercício – Em milhares	<u>566.248</u>	<u>566.248</u>
Lucro líquido / (prejuízo) do exercício por lote de mil ações – Em reais	<u>(130,77)</u>	<u>74,13</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Corumbá Concessões S.A.
Demonstração das mutações do patrimônio líquido
 Em milhares de reais

	Capital social	Ajuste de avaliação patrimonial	Reservas de lucros		Lucro/Prejuízos acumulados	Total
			Legal	Retenção		
Em 31 de dezembro de 2012	235.259	(16.292)	967	11.125		231.059
Lucro do exercício					41.975	41.975
Constituição de Reservas			2.099	35.889	(37.988)	
Dividendos propostos					(3.987)	(3.987)
Em 31 de dezembro de 2013	235.259	(16.292)	3.066	47.014		269.047
Prejuízo do exercício					(74.049)	(74.049)
Compensação de prejuízos do exercício			(3.066)	(47.014)	50.080	
Em 31 de dezembro de 2014	235.259	(16.292)			(23.969)	194.998

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Corumbá Concessões S.A.



Demonstração dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro Em milhares de reais

	2014	2013
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro / (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	(112.768)	63.437
Ajustes		
Depreciação e amortização	18.882	18.845
Constituição de provisões	1.993	123
Juros, variações monetárias sobre empréstimos	51.228	42.454
Variações nos ativos e passivos		
Contas a receber	4.828	(44.140)
Fornecedores	(1.877)	1.265
Tributos a recuperar	(7.846)	(990)
Outros ativos e passivos	(7.952)	570
Caixa proveniente das operações		
Imposto de renda e contribuição social pagos	(6.007)	(7.916)
Juros pagos	(70.816)	(49.729)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	(130.335)	23.919
Fluxos de caixa das atividades investimentos		
Aquisições de bens do ativo imobilizado (*)		
Obras civis	(4.054)	(216)
Desapropriações	(484)	(1.503)
Outros	(13)	(41)
Caixa líquido aplicado nas atividades investimentos	(4.551)	(1.760)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
Amortização e encargos de financiamentos	(344.357)	(18.515)
Captação de recursos (Nota 12)	481.500	
Dividendos pagos	(3.987)	(494)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos	133.156	(19.009)
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	(1.730)	3.150
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	16.045	12.895
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	14.315	16.045

(*) Os valores apresentados referem-se ao efetivo desembolso de caixa/equivalentes de caixa conforme exemplo da página 24 do CPC 03. Os valores de movimentação do imobilizado presentes na nota 7 refletem os registros contábeis do período pelo regime de competência.

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Corumbá Concessões S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1 Informações gerais

A Corumbá Concessões S.A. (“Companhia”) foi constituída em 6 de setembro de 2000 e tem por objeto social a atividade de exploração do Aproveitamento Hidrelétrico Corumbá IV, através de um empreendimento de construção e exploração de geração de energia elétrica da USINA CORUMBÁ IV, situado no rio Corumbá, no Município de Luziânia, Estado de Goiás, para a produção de energia elétrica e demais obras complementares.

O Contrato de Concessão, firmado com a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL em 8 de dezembro de 2000, garante à Companhia o direito de exploração do potencial de energia elétrica da Central Geradora Corumbá IV, com potência instalada de 127 MW. Em 2014, após estudos e testes técnicos a mesma foi elevada para 129,6 MW. O Contrato de Concessão prevê que a energia elétrica produzida pela Central Geradora Corumbá IV pode ser comercializada ou utilizada pela Companhia. A Concessão tem prazo de 35 anos, podendo ser prorrogada. Esse aumento na potência se refletiu em energia assegurada no montante de 0,6 MW médios, que foram registrados na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE como margem de “energia de segurança” (não contratada).

A Companhia obteve a Licença de Operação – LO em 22 de dezembro de 2005 do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis – IBAMA. A geração comercial da 2ª unidade iniciou-se em 01 de abril de 2006 e da 1ª unidade no dia 8 de abril de 2006. Na data de 18 de abril de 2012 o IBAMA divulgou o documento renovando a Licença de Operação nº 514/2005 – 1ª Renovação, com validade de 18/04/2012 a 18/04/2018. Após novos estudos de viabilidade técnica, na data de 26 de março de 2014, foi emitida a 1ª Retificação da Licença de Operação nº 514/2005 – 1ª Renovação, autorizando o alteamento da cota de operação máxima normal para 842,60m.

A Companhia atua focada nas metas e ações correspondentes, definidas pelo Conselho de Administração, através dos planos de negócios aprovados, administrando seus recursos de forma otimizada, procurando progressivamente adequar sua estrutura patrimonial e prazos, rentabilizando o empreendimento. Dentre as principais ações tomadas e previstas pela administração buscando esses objetivos, destacam-se:

- . Otimizar os resultados da operação comercial, inclusive atuando sobre ações anteriores no intuito de buscar melhorias operacionais.
- . Buscar parcerias com órgãos regulatórios de forma a vislumbrar alternativas de eficiência energética.
- . Firmar parcerias junto às comunidades vizinhas e órgãos de fiscalização de forma a manter o lago e seu entorno preservado ambientalmente.
- . Aferir otimizando sistematicamente os custos operativos.
- . Rebalancear o capital de giro líquido, reduzindo o passivo circulante progressivamente e os custos de financiamentos, adequando à capacidade de geração de caixa operacional.
- . Investir em processos de governança corporativa (código de ética, manual do fornecedor, processo de compras e contratos, Intranet Corporativa, etc.).
- . Buscar aumentos de receitas na geração de energia elétrica.

2 Resumo das principais políticas contábeis

2.1 Base da preparação

As presentes demonstrações financeiras foram avaliadas e ratificadas pela diretoria em 27 de fevereiro de 2015.

Corumbá Concessões S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, e normas aplicáveis às empresas concessionárias do serviço público de energia elétrica, estabelecidas pelo Poder Concedente, Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

Na elaboração das demonstrações financeiras é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As demonstrações financeiras da Companhia incluem, portanto, estimativas referentes à seleção das vidas úteis do ativo imobilizado, provisões necessárias para causas judiciais, determinações de provisões para imposto de renda e outras similares. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas.

Não ocorreram movimentações em “Outros resultados abrangentes”, dessa forma não foram requeridas a divulgação da Demonstração de Resultado Abrangente para a Companhia.

2.2 Caixa e equivalentes de caixa

Incluem os saldos em caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de três meses ou menos, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

2.3 Ativos circulante e não circulante

Os direitos são demonstrados pelos valores de realização, incluídos os rendimentos e as variações monetárias incorridos e deduzidos das correspondentes rendas a apropriar, quando aplicáveis.

2.4 Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência. Os tributos diferidos foram reconhecidos considerando as alíquotas vigentes para o imposto de renda e a contribuição social sobre as diferenças temporárias, na extensão em que sua realização seja provável.

2.5 Ativos financeiros

Classificação

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: empréstimos e recebíveis e em ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos, no reconhecimento inicial, determinado pela administração.

Empréstimos e recebíveis

Incluem-se nessa categoria os recebíveis que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. São incluídos no ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data-base do balanço (estes são classificados no ativo não circulante). Os recebíveis da Companhia compreendem contas a receber de clientes, demais contas a receber e caixa e equivalentes de caixa, exceto os investimentos de curto prazo. Os recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva.

Corumbá Concessões S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação ativa e frequente. Os ativos dessa categoria são classificados no ativo circulante. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado em "Resultado financeiro" no período em que ocorrem. Estão incluídas nessa categoria as aplicações financeiras classificadas em Caixa e equivalentes de caixa.

Mensuração

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação - data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros, mensurados ao valor justo através do resultado, são apresentados na demonstração do resultado no período em que ocorrem.

A Companhia avalia, na data do balanço, se há evidência objetiva de perda (*impairment*) em um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros.

2.6 Contas a receber

As contas a receber de clientes são avaliadas no momento inicial, pelo valor presente e deduzidas, quando for o caso, da provisão para créditos de liquidação duvidosa. A provisão para crédito de liquidação duvidosa é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que os clientes não serão capazes de liquidar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber. O valor da provisão é a diferença entre o valor contábil e o valor recuperável. Não há evidência objetiva de que a Companhia não será capaz de receber todos os valores de acordo com os prazos originais das contas a receber.

2.7 Redução ao valor recuperável de ativos

O imobilizado e outros ativos não monetários são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável será calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo. Para fins de avaliação, os ativos são agrupados em uma única unidade geradora de caixa. Não foram identificadas evidências de perdas não recuperáveis nesses ativos.

Corumbá Concessões S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Inexistem indicadores de “*impairment*” significativos, sejam eles externos ou internos relacionados a fatos negativos que poderiam influenciar de forma relevante o desempenho dos ativos da Companhia, lembrando sempre do contexto que se insere a Companhia, na modelagem do setor em que atua (Produtor independente – utilização de bem público). Por definição, em regime de concessão, mesmo sendo de utilização do bem público, o investimento terá que ser devidamente remunerado ao titular da concessão, seja através das condições atuais, ou seja, em uma eventual extensão do prazo de concessão se, ao fim do contrato, for verificado a existência de ativos não totalmente depreciados.

2.8 Intangível

As relações contratuais e o Direito de Uso do Bem Público - UBP, são reconhecidas pelo valor justo, têm vida útil finita e são contabilizadas pelo seu valor de custo menos a amortização acumulada. A amortização é calculada usando o método linear durante o período de concessão.

2.9 Imobilizado

A Companhia registra seus bens pelo custo de aquisição em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, Portaria DANAEE nº 815, de 30 de novembro de 1994, atualizada pela Resolução ANEEL nº 15 de 24 de dezembro de 1997 e pela Resolução Normativa nº 367 de 02 de junho de 2009, sendo depreciados pelo método linear às taxas mencionadas na Nota 7.

Os custos dos encargos sobre empréstimos tomados para financiar a construção do imobilizado foram capitalizados durante o período necessário para executar e preparar o ativo para o uso pretendido.

2.10 Diferido

O ativo diferido foi constituído à época da construção pelas aplicações de recursos em despesas que contribuem hoje para a formação de resultados positivos. A amortização está sendo efetuada no prazo de até 10 (dez) anos contados a partir de abril de 2006. A Concessionária, em linha com a Lei nº 11.638/07, Lei nº 11.941/09 e demais pronunciamentos Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, optou por manter o saldo no grupo do ativo diferido até sua completa amortização.

2.11 Contas a pagar aos fornecedores

São obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas no passivo circulante se o pagamento for devido no período de até um ano. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

2.12 Empréstimos, financiamentos e debêntures

Os empréstimos e financiamentos tomados são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo no recebimento dos recursos líquidos dos custos da transação. Estão demonstrados pelos valores devidos de contratação, acrescidos dos encargos pactuados, que incluem juros e atualização monetária ou cambial incorridos.

Os empréstimos e financiamentos são classificados no passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

Corumbá Concessões S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.13 Provisões

Provisões para ações judiciais (trabalhista, civil e tributária) são reconhecidas quando:

- a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados;
- é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e
- o valor tiver sido estimado com segurança.

As provisões não são reconhecidas com relação às perdas operacionais futuras.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada, levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação, relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes de tributos, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

2.14 Depósitos judiciais

Os depósitos são registrados e apresentados como dedução do valor de um correspondente passivo constituído, quando não houver possibilidade de resgate dos depósitos, a menos que ocorra desfecho favorável da questão para a Companhia.

2.15 Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os tributos correntes e diferidos. Os tributos são reconhecidos na demonstração do resultado.

O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferença entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. O imposto de renda e contribuição social diferidos são determinados, usando-se alíquotas de tributos (e leis fiscais) promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço, e que devem ser aplicadas quando o respectivo tributo diferido ativo for realizado ou quando o tributo diferido passivo for liquidado.

O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas.

Os tributos diferidos ativos e passivos são compensados quando há um direito exequível legalmente de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e quando os tributos diferidos ativos e passivos se relacionam com os tributos incidentes pela mesma autoridade tributável, sobre a entidade tributária ou diferentes entidades tributáveis onde há intenção de liquidar os saldos numa base líquida.

Corumbá Concessões S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.16 Compromisso de outorga – Uso do bem público

O saldo de compromisso de outorga é registrado pelo valor presente das contraprestações das obrigações constantes no contrato de concessão.

2.17 Passivos circulante e não circulante

São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, das variações nas taxas de câmbio e das variações monetárias incorridos.

2.19 Adiantamento para Futuro Aumento de Capital

Os adiantamentos para futuros aumentos de capital realizados, sem que haja a possibilidade de sua devolução, são registrados no Patrimônio Líquido, após a conta de capital social. Caso haja qualquer possibilidade de sua devolução, são registrados no Passivo Não Circulante.

2.20 Reapresentação das Demonstrações Financeiras de 2013

Estamos reapresentando o ano de 2013 devido ao ajuste de R\$ 6.683 referente ao registro do ativo fiscal diferido constituído sobre a diferença dos valores de Compromisso de outorga – Uso do bem público registrados no ativo intangível menos o valor registrado no passivo, tendo em vista que a Companhia optou pela aplicação antecipada da Lei nº 12.973/2014.

3 Caixa e equivalentes de caixa

	2014	2013
Caixa	12	34
Banco do Brasil S.A. – Conta corrente	1	3.625
Banco Bradesco – Conta corrente	5.722	117
Banco do Brasil S.A. – Aplicação financeira (a)	8.580	12.269
	14.315	16.045

(a) As aplicações financeiras são Certificado de Depósito Bancário – CDB contratado a taxas de mercado, e estão atualizadas pelo valor contratual (juros + correção), reconhecidos proporcionalmente até a data das demonstrações financeiras, com liquidez imediata.

4 Contas a receber

	2014	2013
CEB Distribuição S.A.	48.739	53.567

Referem-se aos valores a receber provenientes do fornecimento de energia para a CEB Distribuição S.A., de acordo com o Contrato de Compra e Venda de Energia Elétrica firmado em 7 de março de 2002 e seus termos aditivos.

Em 2013, inclui receita de R\$ 42.351, de acordo com o decidido em reunião de Diretoria da ANEEL 35ª e 48ª de 2013, referente à correção de faturamento efetuado a menor em 2005/2006. Em 2014, procedeu-se faturamento complementar de R\$354 de forma a se alinhar ao valor último determinado pela ANEEL no despacho 4282 de 17 de dezembro de 2013. Em agosto de 2014, o valor foi novamente corrigido para R\$ 43.475 em função da resolução homologatória 1779 da ANEEL por ocasião do reajuste tarifário da CEB Distribuição S/A. Até dezembro de 2014, foram recebidas 3 (três) parcelas (de um total de 12 parcelas) de acordo com contrato de parcelamento celebrado entre a Companhia e a CEB Distribuição S/A.

Corumbá Concessões S.A.
Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

5 Tributos
(a) Tributos a recuperar e diferidos

	2014	2013
Imposto de renda e contribuição social diferidos (*)	42.079	6.741
Imposto de renda e contribuição social a recuperar (**)	5.066	
PIS e COFINS a recuperar (***)	4.419	1.698
Outros	103	44
	<u>51.667</u>	<u>8.483</u>
Circulante	<u>(9.588)</u>	<u>(1.742)</u>
Não Circulante	<u>42.079</u>	<u>6.741</u>

(*) Valores referentes ao Imposto de renda e contribuição social sobre o prejuízo fiscal, contingências jurídicas e diferença temporária adoção RTT.

(**) Valores referentes ao Imposto de renda e contribuição social pagos em 2014 através da apuração de resultado pelo balanço de suspensão e redução, que serão compensados em 2015

(***) PIS/COFINS de operações com alíquota não cumulativa (principalmente operações de Liquidação Financeira do mecanismo de realocação de energia – MRE)

(b) Reconciliação da despesa do imposto de renda e da contribuição social

A reconciliação entre a despesa de imposto de renda e de contribuição social pela alíquota nominal e pela efetiva está demonstrada a seguir:

	Exercício findo em 31 de dezembro	
	2014	2013
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	(112.768)	63.437
Alíquota nominal combinada do imposto de renda e da contribuição social - %	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação – Despesa (Benefício)	(38.341)	21.569
Ajustes para cálculo pela alíquota efetiva		
Ajustes permanentes	(506)	83
Despesas indedutíveis		187
Outras receitas (i)	3.509	(13.866)
Outros		(377)
Provisão para riscos e passivos contingentes	678	
Despesa de imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício - corrente	<u>(34.660)</u>	<u>7.596</u>

(i) Refere-se, em 2013, ao diferimento de impostos em face da não realização do recebimento da fatura de R\$42.351.

Em 2014, refere-se ao diferimento de imposto em face da fatura de R\$ 355 (complementar) somada a baixa referente ao imposto das 3 (três) parcelas recebidas da CEB.

Como tivemos prejuízo fiscal em 2014, não registramos imposto de renda e contribuição social correntes.

Corumbá Concessões S.A.
**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2014**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Exercício findo em 31 de dezembro	
	2014	2013
Prejuízo Fiscal do Exercício	101.943	
Outras Receitas (i)	9.945	40.782
Provisão para riscos e passivos contingentes	1.993	
Alíquota nominal combinada do imposto de renda e da contribuição social - %	34%	34%
Despesa de imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício - diferido	38.720	13.866

(i) Refere-se, 2013, ao valor da fatura de R\$42.351, deduzido do valor do PIS/COFINS (R\$ 1.569).

Em 2014, à reversão de R\$ 10.676, deduzido do valor de PIS/COFINS (R\$ 390), referente ao recebimento de 3 (três) parcelas da fatura no valor de R\$ 42.351 excluído do valor da fatura de R\$ 355, deduzido do valor do PIS/COFINS (R\$ 13).

(c) Obrigações Tributárias

	2014	2013
Imposto de renda e contribuição social – corrente		1.103
Imposto de renda e contribuição social – provisão (*)	10.492	13.874
PIS e COFINS provisão (*)	1.169	1.546
Outros	2.804	1.853
	14.465	18.376
Circulante	(12.943)	(1.799)
Não Circulante	1.522	16.577

(*) Refere-se ao diferimento de impostos em face da não realização integral do recebimento da fatura de R\$42.705.

No dia 13 de maio de 2014 foi publicada a Lei nº 12.973 que revoga o Regime Tributário de Transição (RTT) e traz outras providências, dentre elas: (i) alterações no Decreto-Lei nº 1.598/77 que trata do imposto de renda das pessoas jurídicas, bem como altera a legislação pertinente à contribuição social sobre o lucro líquido; (ii) estabelece que a modificação ou a adoção de métodos e critérios contábeis, por meio de atos administrativos emitidos com base em competência atribuída em lei comercial, que sejam posteriores à publicação desta MP, não terão implicação na apuração dos tributos federais até que lei tributária regule a matéria; (iii) inclui tratamento específico sobre potencial tributação de lucros ou dividendos; (iv) inclui disposições sobre o cálculo de juros sobre capital próprio; e inclui considerações sobre investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial. As disposições previstas na Lei têm vigência a partir de 2015.

A Companhia optou pela adoção das novas regras em 2014.

Corumbá Concessões S.A.
Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

6 Outros ativos

	2014	2013
Banco Bradesco – Garantia CCEE (i)	1.522	679
P&D – Pesquisa e Desenvolvimento (ii)	969	1.128
Outros	18	1
	2.509	1.808

(i) Refere-se à garantia de curto prazo depositada no Banco Bradesco (custodiante da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE) para fazer face às exigências desta Câmara, no que diz respeito à Liquidação Financeira de energia no MRE.

(ii) Refere-se aos serviços em curso dos projetos de P&D em desenvolvimento, ainda não concluídos ou submetidos à avaliação do órgão regulador ANEEL.

7 Imobilizado
(a) Composição

	2014			2013	Taxa média anual de depreciação - % (*)
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido	
Imobilizado em serviço – Usina					
Terrenos	96.378		96.378	96.136	
Reservatório, barragens e adutoras (i)	473.894	(82.266)	391.628	400.608	2,78
Máquinas e equipamentos (ii)	169.320	(44.236)	125.084	130.313	4,55
Veículos e embarcações	580	(426)	154	216	14,08
Imobilizado em serviço – Administração					
Computadores e periféricos	377	(310)	67	105	16,67
Móveis e utensílios	197	(140)	57	62	6,28
Outros	528	(258)	270	264	19,62
	741.274	(127.636)	613.638	627.704	

Os valores da tabela acima atendem a Resolução Normativa nº 367 da ANEEL de forma prospectiva.

- (i) Inclui, entre outros, obras civis executadas pelo acionista Serveng Civilsan S.A. por meio de contrato de empreitada a preço fechado. Os valores contratados pela Companhia com a Serveng Civilsan S.A. foram praticados em condições usuais de mercado.
- (ii) Refere-se às turbinas e equipamentos relacionados. A depreciação vem sendo calculada com base em taxa média determinada pela ANEEL.
- (*) Os percentuais utilizados são calculados com base em taxa determinada pela ANEEL, sendo que os valores residuais poderão ser indenizados pela União em caso de não renovação da concessão ao final do prazo de 35 anos.

(b) Movimentação

	2014	2013
Saldo inicial em 1º de janeiro	627.704	635.197
Aquisições	873	7.336
Baixas	(85)	(12)
Depreciação	(14.854)	(14.817)
	613.638	627.704

Corumbá Concessões S.A.
**Notas explicativas da administração às demonstrações
 financeiras em 31 de dezembro de 2014**
 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

8 Intangível
(a) Composição

	2014			2013	Taxa média anual de amortização - %
	Custo	Amortização acumulada	Líquido	Líquido	
Contrato de conexão (i)	744	(118)	626	655	2,9
Direito de uso do bem público (ii)	12.865	(5.379)	7.486	7.853	2,9
	13.609	(5.498)	8.112	8.508	

(i) Refere-se ao valor presente líquido dos encargos de conexão à rede de distribuição.

(ii) Refere-se ao valor do contrato de concessão na modalidade de Uso do Bem Público (UBP) reconhecidos desde a assinatura do contrato de concessão e amortizado pelo prazo da concessão.

(b) Movimentação

	2014	2013
Saldo inicial em 1º de janeiro	8.508	8.904
Amortização	(396)	(396)
	8.112	8.508

9 Diferido
(a) Composição

	2014			2013	Taxa média anual de amortização - %
	Custo	Amortização acumulada	Líquido	Líquido	
Diferido em serviços:					
Usina	18.916	(16.977)	1.939	3.878	10
Administração	16.519	(14.826)	1.693	3.386	10
	35.435	(31.803)	3.632	7.264	

(b) Movimentação

	2014	2013
Saldo inicial em 1º de janeiro	7.264	10.896
Amortização	(3.632)	(3.632)
	3.632	7.264

Corumbá Concessões S.A.
Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

10 Fornecedores

	2014	2013
Empresa coligada – Serveng Civilsan S.A. (a)		3.651
Credores diversos – Terrenos	2.231	2.284
Diversos	3.566	1.792
	5.797	7.727
Circulante	<u>(3.566)</u>	<u>(5.443)</u>
Não circulante	<u>2.231</u>	<u>2.284</u>

(a) Registram-se neste item os valores a pagar do contrato de obras de elevação da “crista” da barragem, com a Serveng Civilsan em 2013, tendo sido quitados em 2014.

11 Partes relacionadas

As transações entre partes relacionadas são realizadas em valores, prazos e taxas, considerando a natureza e características das transações.

	Ativo (passivo)	
	31 de dezembro de 2014	31 de dezembro de 2013
Conta a receber - CEB Distribuição S.A. (Nota 4)	48.739	53.567
Fornecedores – Serveng Civilsan S.A. (Nota 10)		3.651
Adiantamento para futuro aumento de capital (Nota 11 (i))		
Serveng Civilsan S.A.	(38.195)	(38.195)
CEB S.A.	<u>(3.232)</u>	<u>(3.232)</u>
	41.427	41.427

	Receita (despesa)	
	Exercício findo em 31 de dezembro	
	2014	2013
Receita operacional bruta – CEB Distribuidora S.A.	139.683	171.988
Indenização – Serveng Civilsan S.A.	(118.254)	
Resultado financeiro – Serveng Civilsan S.A.	(8.634)	(111)

(i) O saldo de R\$ 38.195 e R\$ 3.232 permanecerão registrados no não circulante enquanto não for aprovada pelos Acionistas a destinação definitiva desses recursos.

Remuneração do pessoal-chave da administração

A remuneração do pessoal-chave da administração, que inclui os diretores e membros do conselho fiscal foi de R\$ 749 no exercício findo em 31 de dezembro de 2014 (2013 – R\$ 662).

Corumbá Concessões S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

12 Emissão de Debêntures

- 1ª Emissão - 2012

Conforme 3ª Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 17 de outubro de 2012, por deliberação geral dos acionistas presentes, foi aprovada a 1ª Emissão de Debêntures Simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real em segundo grau, em série única para a distribuição pública, com esforços restritos de colocação.

As debêntures foram objeto de oferta pública de distribuição com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução CVM 476, sob o regime de garantia firme no montante total da emissão, com a intermediação do Banco Bradesco BBI S.A. na qualidade de Coordenador Líder.

Características da Emissão:

- . Valor Nominal Unitário: R\$ 1.000.000,00
- . Quantidade de Debêntures: 200 (duzentas) debêntures
- . Série: única
- . Remuneração: equivalente a **128,85%** da variação acumulada das taxas médias diárias do DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, over extra grupo (Taxa DI-Over)
- . Valor Total da Oferta Restrita: **R\$ 200.000.000,00** (duzentos milhões de reais)
- . Data de Emissão: 05 de novembro de 2012
- . Data de Integralização: **09 de novembro de 2012**
- . Forma de Integralização: as debêntures foram subscritas e integralizadas à vista, em moeda corrente nacional, de acordo com as normas de liquidação aplicáveis à CETIP S.A. – Mercados organizados, por meio de procedimentos do SDT – Módulo de Distribuição
- . Prazo de Vencimento: as debêntures terão prazo de vencimento de 08 (oito) anos contados da data de emissão
- . Data de Vencimento: **05 de novembro de 2020**
- . Banco Escriturador e Mandatário: Banco Bradesco S.A.
- . Coordenador Líder: Banco Bradesco BBI S.A.
- . Agente Fiduciário: Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários
- . Código CETIP: (“CRUM11”)

Destinação dos Recursos: Os recursos líquidos obtidos por meio da emissão foram utilizados para o exercício do “Call” (notificação de compra) pela Emissora, relativo à totalidade das ações preferenciais nominativas da Classe “B”, detidas pelo Fundo de investimento em Participações BRB-CORUMBÁ (“FIP-BRB-CORUMBÁ”), conforme estipulado no Capítulo III do Instrumento Particular de Opção de Compra de Ações e Outras Avenças, celebrado em 29 de abril de 2005, mediante resgate da totalidade das ações preferenciais nominativas da Classe “B” da Emissora, com o consequente cancelamento das citadas ações, tão logo foi efetuada o pagamento total das mesmas ao FIP-BRB-CORUMBÁ.

Corumbá Concessões S.A.**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2014****Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

Periodicidade de Pagamento do Valor Nominal Unitário: O pagamento do Valor Nominal Unitário referente às debêntures será realizado a partir do 3º (terceiro) ano contado da Data de Emissão, em 5 (cinco) parcelas anuais e sucessivas, conforme indicado na tabela abaixo:

Datas de Pagamento do Valor Nominal Unitário	Percentual de Amortização sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures
05 de novembro de 2016	10% (dez por cento)
05 de novembro de 2017	15% (quinze por cento)
05 de novembro de 2018	20% (vinte por cento)
05 de novembro de 2019	25% (vinte e cinco por cento)
05 de novembro de 2020	30% (trinta por cento)

Periodicidade de Pagamento da Remuneração: A remuneração será paga semestralmente, a partir da data de emissão até a data de vencimento das debêntures, sendo os pagamentos devidos em maio e novembro de cada ano, com início em maio de 2013 e final na data de vencimento das debêntures.

Resgate Antecipado Facultativo: A Companhia poderá a partir da data de emissão realizar o resgate antecipado facultativo, total ou parcial das debêntures, mediante a publicação de comunicação dirigida aos debenturistas e ao agente fiduciário a ser amplamente divulgada com antecedência mínima de 15 (quinze) dias da data do efetivo resgate antecipado facultativo a ser implementado pela Companhia.

Garantias/Garantidoras: (i) Penhor em segundo grau de 146.953.256 (cento e quarenta e seis milhões, novecentas e cinquenta e três mil e duzentas e cinquenta e seis) ações ordinárias de emissão da Companhia e de titularidade da Serveng Civilsan S.A. Empresas Associadas de Engenharia e da C&M Engenharia Ltda. (ii) Penhor em segundo grau de todos e quaisquer direitos decorrentes, relacionados e/ou emergentes do Contrato de Concessão nº 063/2000 firmado entre a Companhia e a Agência Nacional de Energia Elétrica.

Aquisição Facultativa: A Companhia poderá, a qualquer tempo, observado o estipulado no artigo 13 da Instrução CVM 476, adquirir debêntures em circulação, de acordo com o disposto no parágrafo 3º (terceiro) do artigo 55 da Lei das Sociedades por Ações. As debêntures adquiridas poderão ser canceladas, permanecer na tesouraria, ou ser novamente colocadas no mercado.

Em 19 de dezembro de 2014 foram emitidas novas debêntures (2ª emissão) que suprimam recursos para o resgate antecipado das debêntures de 1ª emissão.

- 2ª Emissão - 2014

A 2ª Emissão de Debentures, não conversíveis em ações da Companhia, é dividida em duas séries, uma Primeira Série da espécie quirografária com garantia fidejussória e real adicionais, a ser convolada em da espécie com garantia real e com garantia fidejussória adicional; enquanto as Debêntures da Segunda Série serão da espécie quirografária, a ser convolada em da espécie com garantia real, cuja emissão foi aprovada na 1ª Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 28 de novembro de 2014.

As Debêntures foram objeto de oferta pública de distribuição com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução CVM 476, sob o regime de garantia firme de colocação no montante total da Emissão, com a intermediação do Banco BTG Pactual S.A. ("Coordenador Líder") e do Banco Bradesco BBI S.A. ("BBI" e, em conjunto com o Coordenador Líder, "Coordenadores"). Como banco liquidante e escriturador/mandatário o Bradesco S/A.

Corumbá Concessões S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Características da Emissão:

- Valor Nominal Unitário: R\$ 500.000,00 (Quinhentos mil reais);
- Quantidade de Debêntures: 963 (Novecentas e sessenta e três) Debêntures, sendo 540 (Quinhentas e quarenta) debêntures relativas à primeira série (“Debêntures da Primeira Série”) e 423 (Quatrocentas e vinte e três) Debêntures relativas à segunda série (“Debêntures da Segunda Série”);
- Séries: A Emissão foi realizada em 02 (duas) séries;
- Remuneração: equivalente a **128,0%** da variação acumulada das taxas médias diárias do DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, over extra grupo (Taxa DI-Over);
- Valor Total da Oferta Restrita: **R\$481.500.000,00** (Quatrocentos e oitenta e um milhões e quinhentos mil reais);
- Data de Emissão: **19 de dezembro de 2014;**
- Data de Integralização: 19 de dezembro de 2014;
- Forma de Integralização: A integralização foi realizada à vista, na data de subscrição, em moeda corrente nacional por meio de procedimentos do Módulo de Distribuição de Ativos - MDA, administrado e operacionalizado pela CETIP S.A. – Mercados Organizados (“CETIP”);
- Prazo de Vencimento: As Debêntures terão prazo de vencimento de 8 (oito) anos, contados da data de emissão;
- Data de Vencimento: **19 de dezembro de 2022;**
- Banco Escriturador e Mandatário: Banco Bradesco S.A.;
- Coordenadores Líderes: Banco BTG Pactual S.A. (“Coordenador Líder”) e do Banco Bradesco BBI S.A. (“BBI” e, em conjunto com o Coordenador Líder, “Coordenadores”);
- Agente Fiduciário: Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários;
- Código CETIP: Série 1 (“CRUM 12”) e Série 2 (“CRUM 22”).

Destinação dos Recursos: Os recursos captados com a Emissão foram utilizados para amortização de dívidas da Companhia, incluindo dívidas bancárias BNDES/BB e debêntures 1ª emissão e de processos judiciais e reforço do capital de giro;

Periodicidade de Pagamento do Valor Nominal Unitário: O pagamento do Valor Nominal Unitário referente às Debêntures da Primeira Série será realizado pela Emissora aos Debenturistas em 94 (noventa e quatro) parcelas mensais e sucessivas, sendo a primeira devida em 19 de março de 2015 (inclusive). O pagamento do Valor Nominal Unitário referente às Debêntures da Segunda Série será realizado pela Emissora aos Debenturistas a partir do 18º (décimo oitavo) mês contado da Data de Emissão, ou seja, a partir de 19 de junho de 2016 (inclusive), em 14 (quatorze) parcelas semestrais iguais e sucessivas, ocorrendo todo o dia 19 dos meses de junho e dezembro de cada ano;

Periodicidade de Pagamento da Remuneração: A Remuneração das Debêntures será paga mensalmente em parcelas iguais e sucessivas, a partir da Data de Emissão até a Data de Vencimento das Debêntures, com início em 19 de janeiro de 2015 e final na Data de Vencimento das Debêntures;

Resgate Antecipado Facultativo: A Emissora poderá, a seu exclusivo critério, a partir da Data de Emissão realizar o resgate antecipado facultativo da totalidade das Debêntures, mediante a publicação de aviso aos Debenturistas a ser amplamente divulgado, com antecedência mínima de 15 (quinze) dias da data do efetivo Resgate Antecipado Facultativo a ser implementado pela Emissora (Cláusula 5.1.1.1), de acordo com os termos e condições a serem estabelecidos na Escritura de Emissão (“Resgate Antecipado Facultativo”), ficando vedado o resgate parcial das Debêntures;

Corumbá Concessões S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Garantias/Garantidoras: Como garantia real em cumprimento às obrigações, principais e acessórias: (i) Alienação Fiduciária (a) de 146.953.256 (cento e quarenta e seis milhões, novecentas e cinquenta e três mil e duzentas e cinquenta e seis) ações ordinárias de emissão da Companhia de titularidade da Serveng e da C&M (“Garantidoras”), representativas, nesta data, de 25,95% (vinte e cinco inteiros e noventa e cinco centésimos por cento) do capital social da Companhia (“Percentual Alienado” e “Ações”, respectivamente), nos termos do Contrato de Alienação Fiduciária de Ações e Outras Avenças Sob Condição Suspensiva, celebrado entre a Companhia, as Garantidoras, o agente fiduciário, entre outros (“Alienação Fiduciária de Ações” e “Contrato de Alienação Fiduciária de Ações”, respectivamente); e (ii) Cessão Fiduciária de (a) todos e quaisquer direitos, presentes e/ou futuros, decorrentes, relacionados e/ou emergentes do Contrato de Concessão do Complexo Energético Corumbá IV, incluindo, sem limitar, os direitos creditórios bem como todos os demais direitos, corpóreos ou incorpóreos, potenciais ou não, decorrente da exploração da Concessão e que possam ser objeto de cessão fiduciária em garantia de acordo com as normais legais e regulamentares aplicáveis e os direitos emergentes da Concessão, cujos valores deverão ser depositados na Conta Centralizadora (“Direitos Emergentes da Concessão”) e (b) de todos os valores que venham a ser depositados em determinada conta centralizadora na qual deverão necessariamente ser depositados e transitar todos e quaisquer direitos, presentes e/ou futuros, decorrentes, relacionados e/ou emergentes do Contrato de Concessão (“Conta Centralizadora”) e a Conta Centralizadora, nos termos do Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios em Garantia Sob Condição Suspensiva (“Direitos Creditórios Cedidos” e “Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios”, respectivamente); (iii) exclusivamente para a 1ª série (a) Alienação fiduciária de máquinas e equipamentos listados no Contrato de Alienação Fiduciária de Máquinas e Equipamentos em Garantia Sob Condição Suspensiva, celebrado entre a Emissora e o Agente Fiduciário (b) Como garantia das Debêntures da Primeira Série, cessão fiduciária de determinada conta corrente em garantia de titularidade da Companhia onde deverão ser depositados e mantidos, recursos referentes a, no mínimo, 3 (três) parcelas de amortização do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Primeira Série (“Conta Garantia” e “Valor Mínimo da Conta Garantida”), observados os termos e condições previstos no Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, Administração de Contas e outras Avenças, celebrado entre a Companhia, o Agente Fiduciário e o banco administrador (“Cessão Fiduciária de Conta Garantia”, “Contrato de Cessão Fiduciária de Conta Garantia” e “Garantia Real Primeira Série” respectivamente) e, alternativamente à Cessão Fiduciária de Conta Garantia, em **garantia das obrigações assumidas pela Companhia em relação aos Debenturistas da Primeira Série, fica contratação de carta de fiança bancária pela Companhia em valor equivalente ao Valor Mínimo da Conta Garantida** (c) Ainda em garantia das debêntures 1ª série, “Garantia Fidejussória” onde a **Serveng Civilsan, por ato específico e na melhor forma de direito, se obriga solidariamente com a Emissora pelo valor de R\$ 135.000** (cento e trinta e cinco milhões de reais) (“Valor da Fiança Corporativa”);

Aquisição Facultativa: a Companhia poderá, a qualquer tempo, observado o estipulado no artigo 13 da Instrução CVM 476, adquirir Debêntures em Circulação, de acordo com o disposto no parágrafo 3º (terceiro) do artigo 55 da Lei das Sociedades por Ações. As Debêntures adquiridas pela Emissora poderão ser canceladas, permanecer na tesouraria da Emissora, ou ser novamente colocadas no mercado. As Debêntures adquiridas pela Emissora para permanência em tesouraria nos termos da Escritura, se e quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma Remuneração das demais Debêntures em Circulação; Ressalvada a cláusula VI (Hipóteses de Vencimento Antecipado), a qual, resumidamente, prevê dentre seus itens que: a Companhia e as Garantidoras não poderão ter pedido de recuperação judicial ou extrajudicial; decretação de falência, atrasos de pagamento ou inadimplementos de obrigações pecuniárias das debêntures; liquidação, dissolução, extinção, cisão, fusão, incorporação, incorporação de ações, venda ou qualquer outra forma de reorganização societária envolvendo a Emissora que implique na alienação do controle acionário; concessão de mútuos pela Emissora a qualquer outra sociedade integrante do mesmo Grupo Econômico a que pertence a Emissora; protesto legítimo de títulos cambiários contra a Emissora cujo valor unitário ou agregado ultrapasse R\$ 5.000; sentença transitada em julgado prolatada por qualquer juiz ou tribunal declarando a ilegalidade,

Corumbá Concessões S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

nulidade ou inexecutabilidade de qualquer documento referente presente à Emissão e/ou que versem sobre aspectos socioambientais da Emissora; término antecipado da concessão; não obtenção, cancelamento, revogação, suspensão das autorizações, licenças, inclusive ambientais, imprescindíveis e materialmente relevantes exigidas para operar; transferência ou qualquer forma de cessão ou promessa de cessão a terceiros, pela Emissora, das obrigações assumidas na Escritura; inobservância e infringência pela Emissora das obrigações estabelecidas pela legislação socioambiental e de saúde e segurança do trabalho; arresto ou sequestro ou penhora de bens do ativo permanente da Emissora, cujo valor individual ou agregado, seja igual ou superior a R\$ 10.000 (dez milhões de reais); transformação do tipo societário da Emissora, de sociedade anônima para sociedade limitada; alteração direta do controle acionário da Emissora que modifique substancialmente as atividades atualmente por ela praticadas; não pagamento de qualquer obrigação pecuniária do Contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito nº 03.2.499.3.1, celebrado em 8 de dezembro de 2003 com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (“BNDES”); e não observância pela Emissora dos índices financeiros especificados na Escritura de Emissão;

Amortização Extraordinária Facultativa: A Emissora poderá, a seu exclusivo critério, a partir da Data de Emissão, realizar a amortização extraordinária facultativa do Valor Nominal Unitário das Debêntures, limitada a 98% (noventa e oito por cento) do saldo devedor do Valor Nominal Unitário das Debêntures em Circulação, que deverá abranger, proporcionalmente, todas as Debêntures em Circulação, mediante a publicação de aviso aos Debenturistas a ser amplamente divulgado, de acordo com os termos e condições a serem estabelecidos na Escritura de Emissão (“Amortização Extraordinária Facultativa”);

Repactuação: Não haverá repactuação das Debêntures; A comissão e taxa de estruturação paga ao Banco BTG Pactual e Bradesco S.A pelos serviços de coordenador líder e estruturador da 2ª Emissão de Debêntures da Companhia realizada em 2014, foi estipulada no montante de 1,6% (*).

O valor de garantia exigido pelo contrato de debênture, conforme descrito anteriormente, esta registrado na rubrica Cauções e depósitos vinculados no montante de R\$ 17.997.

	2014	2013
Debêntures 1ª emissão (*)		206.445
Debêntures 2ª emissão (*)	474.887	
	474.887	206.445
Circulante	(29.537)	(8.872)
Não Circulante	445.350	197.573

(*) Valores descontados da comissão de estruturação que será diferida no prazo da operação no montante de R\$ 8.366.

As parcelas não circulantes têm vencimento como segue:

	2014
2016	63.592
2017	63.592
2018	63.592
2019 em diante	254.574
	445.350

Corumbá Concessões S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

13 Empréstimos e financiamentos

	2014	2013
Financiamentos		
BNDES (TJLP + 5% a.a. e cesta de moedas + 5% a.a.) (i)		132.694
Banco do Brasil S.A.(TJLP + 5% a.a. e cesta de moedas + 5% a.a.) (ii)		18.589
Outros		5
		151.288
Circulante		(37.710)
Não Circulante		<u>113.578</u>

- (i) O valor de principal da linha de financiamento foi de R\$ 232.160 com o BNDES
 (ii) O valor de principal da linha de financiamento foi de R\$ 40.000 com o Banco do Brasil S.A.

Os empréstimos e financiamentos foram quitados em 2014 como parte da reestruturação da dívida por meio da emissão de debêntures.

14 Patrimônio líquido

(a) Capital social

O capital social é representado por 566.248.166 Ações Nominativas (2013 – 566.248.166) sendo 243.905.724 Ações Ordinárias Nominativas - ON, 322.342.442 Ações Preferenciais Nominativas - PN classe “PNA”, totalizando um capital subscrito de R\$ 235.259 (2013 - R\$ 235.259).

(b) Direitos de ações

As ações ordinárias nominativas gozam de preponderância nas decisões administrativas na proporção de 1 ação para 1 voto.

As ações preferenciais nominativas da Classe “A” não têm direito de voto e gozam das seguintes vantagens e preferências: (a) direito a dividendos 10% (dez por cento) maiores do que os atribuídos às ações ordinárias; (b) prioridade na distribuição de dividendos; e (c) prioridade no reembolso do capital, sem prêmio. As ações preferenciais nominativas da Classe “A” participam dos lucros remanescentes em igualdade de condições com as ações ordinárias, observado sempre o direito de perceberem dividendos, no mínimo, 10% (dez por cento) maiores do que os pagos às ações ordinárias.

Pagamento de dividendo mínimo obrigatório de 10% (dez por cento) do lucro líquido do exercício aos acionistas detentores de ações preferenciais de Classe “A” e de ações ordinárias.

(c) Dividendos

A proposta de dividendos consignada nas demonstrações financeiras da Companhia, sujeita à aprovação dos acionistas na Assembleia Geral, calculada nos termos da legislação societária e Estatuto da Companhia, é assim demonstrada:

Corumbá Concessões S.A.
**Notas explicativas da administração às demonstrações
 financeiras em 31 de dezembro de 2014**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	2014	2013
Resultado líquido do exercício	(74.049)	41.975
Constituição de Reserva Legal – 5%		(2.099)
Base de cálculos dos dividendos		39.876
Dividendos das ações PNA (R\$ 7,329 por lote de mil ações)		(2.362)
Dividendos das ações ON (R\$ 6,662 por lote de mil ações)		(1.625)
Retenção de Lucro		(35.889)

Os acionistas da Companhia são:

- Serveng Civilsan S/A Empresas Associadas de Engenharia
- Companhia Energética de Brasília - CEB
- C & M Engenharia Ltda.
- Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal - CAESB
- Companhia Imobiliária de Brasília - TERRACAP
- CEB Participações S.A. - CEBPar

15 Compromisso com outorga – Uso do bem público

A obrigação pelo uso do bem público originada da assinatura do Contrato de Concessão nº 01/2000 é devida mensalmente até o término do prazo de concessão com pagamentos mensais em torno de R\$ 109 corrigidos anualmente pelo IGP-M.

A administração da Companhia, de acordo com a OCPC 05, decidiu reconhecer um ativo intangível em contrapartida à obrigação assumida, uma vez que o contrato de concessão na modalidade de Uso do Bem Público - UBP não é um contrato a executar, pois o Poder Concedente executou a parte que lhe cabia ao disponibilizar o acesso à infraestrutura existente, enquanto a Companhia assumiu o compromisso de efetuar os pagamentos contratuais por essa concessão.

Corumbá Concessões S.A.
**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2014**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	2014	2013
Circulante	1.282	1.193
Não Circulante	25.861	25.258

16 Cobertura de seguros

A Companhia tem como política contratar apólice de seguros para cobrir riscos operacionais, patrimoniais e cíveis, com cobertura e limites de indenização representando em 31 de dezembro de 2014, respectivamente, R\$ 505.000 (sendo R\$ 500.000 para danos materiais e R\$ 5.000 para lucros cessantes) e R\$ 204.000 para o limite máximo de indenização.

17 Provisão para causas judiciais

A Companhia é parte em processos judiciais e administrativos de natureza cível e trabalhista. A administração, baseada na opinião de seus consultores jurídicos, provisiona integralmente os processos cujos riscos de perdas sejam classificados como prováveis.

As provisões para causas judiciais constituídas, as variações no período e os correspondentes depósitos judiciais estão assim apresentados:

(a) Composição

	Depósitos judiciais		Provisão para causas judiciais	
	2014	2013	2014	2013
Cíveis/Trabalhistas	19	19	2.165	172

(b) Movimentação da provisão

	2014	2013
Saldo inicial em 1º de janeiro	172	49
Baixas/Reversões	(120.205)	(82)
Outras constituições (reversões), líquidas	122.198	205
Saldo final em 31 de dezembro	2.165	172

Em prática com a governança corporativa, a Companhia possui o Comitê de Risco composto pelos escritórios de advocacia que prestam serviços à Companhia e pela administração. Durante o exercício de 2014, o Comitê mapeou todas as ações em curso, associando às mesmas probabilidades de sucesso, bem como decidiu estratégias de atuação individuais. O Comitê se reúne trimestralmente para reavaliar os riscos e promover ajustes quando necessário. A Companhia, na avaliação das suas causas judiciais, procurou sempre se ater à essência do risco e sua probabilidade de dano à Companhia.

Corumbá Concessões S.A.**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2014****Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

(c) Ação fiscal

A Companhia iniciou uma ação administrativa junto à Receita da Fazenda do Estado de Goiás, questionando os pagamentos do diferencial de ICMS já realizados, no entendimento que foram débitos inapropriados. Ao proferir julgamento administrativo por maioria de votos e contrariando entendimento consolidado no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás, o Pleno do Conselho Administrativo Tributário (CAT) da Secretaria da Fazenda do Estado de Goiás, manteve a autuação anteriormente lavrada em desfavor da Companhia. Diante de tal fato, a Companhia, em novembro de 2011, ajuizou Mandado de Segurança com vista a impedir o início de qualquer ação judicial que objetive discutir a legitimidade de tal débito, visto que o lançamento efetuado viola o Regulamento do Código Tributário do Estado de Goiás (RCTE). Sendo assim, o juízo da Vara da Fazenda Pública Estadual de Goiás, em Goiânia, indeferiu o Mandado de Segurança impetrado pela Companhia sob o argumento de que a matéria trazida para discussão desafiaria produção de prova. Não havendo alternativa, a Companhia em fevereiro de 2012, pediu a extinção do Mandado de Segurança anteriormente impetrado e ajuizou Ação Anulatória de Débito Fiscal em desfavor do Estado de Goiás, sendo que no primeiro momento o Juízo da 3ª Vara da Fazenda Pública Estadual em Goiânia indeferiu a liminar vindicada pela Companhia sob o argumento de que não estava presente a plausibilidade do direito invocado. Inconformada com a decisão prefacial, a Companhia ingressou com Agravo de Instrumento questionando a decisão de 1º grau, obtendo êxito em seu desiderato, onde a 2ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás ao apreciar o mérito do recurso interposto pela Companhia reformou a decisão singular para suspender a exigibilidade do crédito tributário no valor de R\$ 2.474 e retirar o nome da Companhia da Dívida Ativa do Estado até final julgamento da ação. Atualmente, a ação aguarda conclusão ao juízo que proferirá a sentença, uma vez que não há provas à produzir em audiência de instrução e julgamento, pois se trata de julgamento que abarcará questões de direito vinculadas ao Regulamento do Código Tributário do Estado de Goiás. Em dezembro de 2014, o juízo da 3ª Vara da Fazenda Pública Estadual em Goiânia – Goiás, julgou procedente o pedido da Companhia e declarou por sentença a nulidade do auto de infração discutido, reconhecendo que a Companhia à época do fato gerador da obrigação, não era contribuinte do diferencial de alíquota de ICMS. Em 28 de janeiro de 2015, foi interposto Recurso de Apelação pela Fazenda Pública do Estado de Goiás, que subirá para julgamento em 2ª Instância, juntamente com o Reexame Necessário, o qual é obrigatório para os casos em que a sentença for improcedente para a Fazenda Pública, conforme disposto no art. 475 Código de Processo Civil. Valor Original da Causa: R\$995.888,91. Probabilidade de Perda: Remota.

(d) Passivo Contingente – Ressarcimento e perdas e danos

Em dezembro de 2006, o fornecedor e acionista Serveng-Civilsan S.A. (“Serveng”) requereu o reconhecimento de compensação por perdas e danos nos contratos de obras gerado por atrasos no recebimento das faturas no montante de R\$ 31.416, sendo recalculado e atualizado para dezembro de 2009 em cerca de R\$ 71.086. Foi ainda apresentado em julho de 2009 uma complementação desse montante, relativo à correção e juros de mora também gerados pelos atrasos nos pagamentos das faturas que, em valores recalculados para dezembro de 2009, totalizavam R\$ 51.515. Este último deve ser somado ao primeiro valor pleiteado de perdas e danos, totalizando portanto R\$ 122.601 em 31 de dezembro de 2009.

Dando seguimento à matéria, em abril de 2010 (2ª Reunião do Conselho de Administração - RECA), a Companhia contratou consultores jurídico e contábil, experts na matéria, para avaliar o pleito e recalculer os valores apresentados pela Serveng, tendo sido em seguida, convocada reunião do Conselho de Administração (4ª RECA de agosto de 2010) para apreciação dos valores resultantes (Serveng versus consultores jurídico e contábil).

Corumbá Concessões S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Não obstante a apresentação dos consultores, os quais expuseram valores cerca de 41% menores que o pleiteado, os Conselheiros concluíram e fizeram registrar em ata que não dispunham de dados suficientes para deliberar sobre quaisquer dos dois valores (Serveng ou Consultores), naquele momento, autorizando a Diretoria a dar seguimento na matéria mantendo o Conselho informado.

Em 16 de dezembro de 2010, a Serveng-Civilsan S.A., dando continuidade à sua demanda, instaurou o procedimento arbitral junto à Câmara de Conciliação, Mediação e Arbitragem de São Paulo – CIESP, de forma que seja dado andamento ao seu pleito no valor de R\$180.542.

Após realização de perícia técnica, foi realizada audiência de instrução e julgamento na data de 04 de dezembro de 2013, na sede da Corte Arbitral, onde foram ouvidos os peritos, e testemunhas arroladas pela Serveng, após, foi deferido prazo para a Companhia ofertar minuta rechaçando os pareceres ofertados pela Serveng, acerca do tema “prescrição”, em obediência aos princípios da ampla defesa e do contraditório. A Companhia ofertou tempestivamente minuta rechaçando as alegações da Serveng, com lastro em 02 (dois) sólidos pareceres jurídicos.

Por conseguinte, as partes ofertaram suas alegações finais na data de 18 de fevereiro de 2014. Durante toda a evolução do processo, a administração, em conjunto com seus assessores jurídicos, estimava que a chance de perda era remota e, por isso, nenhuma provisão vinha sendo registrada nas informações financeiras.

Em 23 de julho de 2014 o Tribunal Arbitral deu conhecimento da sentença às partes, reconhecendo a procedência do pleito formulado pela Serveng, para condenar a Corumbá Concessões S.A. ao pagamento do valor de R\$118.254, atualizado para data de 30 de junho de 2014, a ser pago no prazo de 60 (sessenta) dias, contados da intimação da sentença, sendo estabelecido ainda que nesse período incidirão juros de 1% a.m. (simples) e correção monetária pelo índice IGP-M. A Companhia pediu esclarecimentos adicionais à Câmara de Conciliação, Mediação e Arbitragem de São Paulo – CIESP porém o mesmo manteve sua decisão.

Desta forma, por meio da referida sentença arbitral deu-se liquidez aos valores devidos pela Companhia à Serveng a título de ressarcimento e de perdas e danos decorrentes dos atrasos nos pagamentos das faturas contratuais, sendo reconhecido integralmente como despesa.

Assim, o valor do pleito atualizado pelo IGP-M até agosto de 2014 era no valor de R\$230.897, por quanto que a sentença arbitral que condenou a Companhia a pagar a Serveng R\$118.253, atualizados pelo IGP-M até agosto de 2014 era no valor de R\$117.215.

Após tomar ciência da manutenção da condenação, foi realizada em 13 de outubro de 2014 a 2ª Reunião do Conselho de Administração - RECA da Companhia, na qual os conselheiros, levando em consideração os pareceres do jurídico e da diretoria da Companhia e parecer de Procurador do Distrito Federal, deliberaram por unanimidade, acatar a referida decisão arbitral, orientando a Companhia a quitar tal obrigação o mais rapidamente possível, aprovando ainda alavancagem financeira com este fim.

Ao mesmo tempo em que foi reconhecida pelo Conselho de Administração a dívida consolidada na sentença arbitral, foi também auferido pelos conselheiros representantes das acionistas públicas (CEB, CAESB e TERRACAP) junto à Serveng Civilsan S.A. um desconto de R\$5.000 a ser abatido do valor final da dívida ao tempo do efetivo pagamento.

Com a 2ª emissão de debêntures e a reestruturação da dívida da Companhia, os valores da condenação retrocitada foram quitados em 19 de dezembro de 2014.

Corumbá Concessões S.A.
**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2014**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(e) Ganhos judiciais

Registramos para a Companhia na resolução do procedimento arbitral 37/2012 que tramitou no Centro de Arbitragem da Câmara de Comércio Brasil – Canadá, onde a Companhia litigou com o BRB – Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A (BRB-DTVM) e Fundo de Investimentos em Participações BRB - Corumbá (FIP), onde a Companhia obteve sucesso em sua demanda de cumprimento de contrato reconhecendo e recebendo caixa de R\$ 5.991.

18 Conciliação entre a receita bruta e a receita líquida

	Exercício findo em 31 de dezembro	
	2014	2013
Receita bruta		
CCVEE – Contrato de compra e venda de energia elétrica (*)	139.683	171.988
Liquidação Financeira – MRE (**)	1.794	1.244
Outras Receitas (***)	2.508	6.526
COFINS	(4.517)	(5.750)
PIS	(979)	(1.246)
Receita líquida	138.489	172.762

(*) Em 2013 inclui R\$42.351 referentes à correção de faturamento, segundo determinação da ANEEL nas reuniões 35ª e 48ª de 2013

(**) As Liquidações financeiras do Mecanismo de Realocação de Energia – MRE em 2014 foram bastante negativas dado ao maior despacho térmico em função da piora das condições de hidráulicidade das geradoras hidráulicas do sistema interligado, associada aos elevados preços observados no mercado de curto prazo (SPOT)

(***) Operação de sazonalização de energia

19 Custo dos serviços de energia elétrica

	Exercício findo em 31 de dezembro	
	2014	2013
Custos operacionais gerais (a)	17.621	16.027
Custo de energia elétrica (b)	30.599	16.758
Custo de uso do sistema de distribuição	2.332	2.462
Custo de compensação financeira – CFURH	3.016	2.940
Custo com mão de obra própria	2.099	1.855
Custo de pesquisa e desenvolvimento	1.447	1.248
Custo de fiscalização regulatória	325	368
Depreciação e amortização	18.930	18.845
	76.369	60.503

Corumbá Concessões S.A.
**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2014**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(a) Custos operacionais gerais

	Exercício findo em 31 de dezembro	
	2014	2013
Meio ambiente	11.276	10.592
Serviços profissionais – pessoa jurídica	1.531	407
Manutenção de Barragem/Usina	1.658	1.326
Seguro – Usina	658	707
Manutenção de SE Linha de Transmissão	588	700
Preservação e segurança	628	542
Combustíveis e lubrificantes	132	138
Outros	1.150	1.615
	<u>17.621</u>	<u>16.027</u>

(b) Custo de energia elétrica

Os valores registrados como custo de compra de energia para o exercício de 2014 e 2013 se referem principalmente à compra de energia da empresa Delta Comercializadora, no contexto de uma estratégia de sazonalização da energia assegurada da Companhia e especificamente em 2014, registramos R\$ 10.710 relacionados a operação de compra de energia com objetivo de minimizar as despesas com as liquidações do mecanismo de realocação de energia - MRE.

20 Despesas operacionais

	Exercício findo em 31 de dezembro	
	2014	2013
Pessoal	5.270	4.300
Tributárias	53	44
Reversão (constituição)	1.993	123
Outras (a)	4.121	2.106
	<u>11.437</u>	<u>6.368</u>

(a) Outras

	Exercício findo em 31 de dezembro	
	2014	2013
Serviços profissionais – pessoa jurídica (i)	2.387	343
Informática	383	302
Contribuições	69	61
Viagens	136	121
Legais/cartórios	42	62
Alugueis de imóveis	208	128
Pro labore conselho	119	119
Combustíveis	34	46
Indenização de terras	53	40
Outros	690	884
	<u>4.121</u>	<u>2.106</u>

(i) Valores associados a honorários advocatícios relacionados ao processo arbitral CMA 201/2010 em 2014.

Corumbá Concessões S.A.
**Notas explicativas da administração às demonstrações
 financeiras em 31 de dezembro de 2014**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

21 Resultado financeiro

	Exercício findo em 31 de dezembro	
	2014	2013
Receitas		
Receitas sobre aplicações	1.127	975
Descontos obtidos (i)	5.001	
Outras receitas financeiras (ii)	1.040	
Despesas		
Juros sobre financiamentos BNDES e Banco do Brasil	(14.762)	(19.042)
Despesas correção/remuneração Debêntures	(28.831)	(20.985)
Despesas com financiamentos	(2.877)	(783)
Juros e atualização monetária com fornecedores	(8.634)	(111)
Despesas financeiras com Outorga	(1.972)	(1.764)
Outros	(1.320)	(744)
	(51.228)	(42.454)

(i) Desconto concedido pelo fornecedor Serveng-Civilsan referente a indenização (Nota 17 (d))

(ii) Correção referente ao termo aditivo – resolução homologatória nº 1779 da ANEEL por ocasião do reajuste tarifário da CEB Distribuição S/A (Nota 4).

22 Gestão de risco financeiro
(a) Identificação e valorização dos instrumentos financeiros

A Companhia opera com instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, incluindo aplicações financeiras, contas a receber, contas a pagar a fornecedores e empréstimos, financiamentos e debêntures. Adicionalmente, a Companhia não opera diretamente com instrumento financeiro derivativo.

Os valores registrados no ativo e no passivo circulante têm liquidez imediata ou vencimento, em sua maioria, em prazos inferiores a três meses. Considerando o prazo e as características desses instrumentos, que são sistematicamente renegociados, os valores contábeis aproximam-se dos valores justos.

(b) Caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber, outros ativos circulantes e contas a pagar

Os valores contabilizados aproximam-se dos de realização.

(c) Debêntures

A Companhia monitora frequentemente a evolução dos juros contratados como custos das debêntures (referenciado CDI) de forma a tomar atitudes de recontração das mesmas, caso esse indicador de custo descole do hedge natural da Companhia, que é o IGP-M sobre CCVEE (Contrato de compra e venda de energia elétrica). Na 2ª emissão de debêntures, o custo foi reduzido de 128,5% CDI para 128,0% CDI.

Corumbá Concessões S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(d) Política de gestão de riscos financeiros

A Companhia possui e segue política de gerenciamento de risco, que orienta em relação a transações e requer a diversificação de transações e contrapartidas. Nos termos dessa política, a natureza e a posição geral dos riscos financeiros é regularmente monitorada e gerenciada a fim de avaliar os resultados e o impacto financeiro no fluxo de caixa.

(e) Risco de crédito

A política da Companhia considera o nível de risco de crédito a que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios.

(f) Risco de mercado

Risco com taxa de juros

O risco associado é oriundo da possibilidade da Companhia incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado.

Risco com taxa de câmbio

O risco associado decorre da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de câmbio, que aumentem valores captados no mercado. A Companhia, até 19 de dezembro de 2014, tinha 10% do total de seu contrato com o BNDES em moeda estrangeira. A avaliação da administração é que o risco de exposição pela mudança na taxa de câmbio não mais existe pois todo o endividamento da Companhia está alocado nas novas debêntures emitidas em 19 de dezembro de 2014.

(g) Estimativa do valor justo

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (*impairment*) no caso de contas a receber, esteja próxima de seus valores justos. O valor justo dos passivos financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais futuros pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para a Companhia para instrumentos financeiros similares. O único instrumento financeiro que a Companhia opera é a emissão de debêntures, onde o valor dos juros é sempre pago, restando apenas o saldo do valor principal devido.

Corumbá Concessões S.A.
**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2014**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(h) Instrumentos financeiros por categoria

	Empréstimos e recebíveis	Ativos ao valor justo por meio do resultado	Derivativos usados para <i>hedge</i>	Disponível para venda	Total
31 de dezembro de 2014					
Ativos, conforme o balanço patrimonial					
Ativos financeiros disponíveis para venda					
Instrumentos financeiros derivativos					
Contas a receber de clientes e demais contas a receber, excluindo pagamentos antecipados	48.739				48.739
Ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado	5.735	8.580			14.315
Caixa e equivalentes de caixa					
	<u>54.474</u>	<u>8.580</u>			<u>63.054</u>
		Passivos mensurados ao valor justo por meio do resultado	Derivativos usados para <i>hedge</i>	Outros passivos financeiros	Total
31 de dezembro de 2014					
Passivo, conforme o balanço patrimonial					
Empréstimos		474.887			474.887
Obrigações de arrendamento financeiro					
Instrumentos financeiros derivativos					
Fornecedores e outras obrigações, excluindo obrigações legais		30.709			30.709
		<u>505.596</u>			<u>505.596</u>

23 Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura de capital da Companhia, a administração pode, ou propõe, nos casos em que os acionistas têm que aprovar, rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

Corumbá Concessões S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Condizente com outras empresas do setor, a Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida expressa como percentual do capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado, com a dívida líquida.

24 Pesquisa e Desenvolvimento – P&D

A Lei nº 9.991, de 24 de julho de 2000, dispõe sobre a realização de investimentos em pesquisa e desenvolvimento e em eficiência energética por parte das empresas concessionárias, permissionárias e autorizadas do setor de energia elétrica. O art. 2º da mencionada lei estabelece que as concessionárias de geração e empresas autorizadas à produção independente de energia elétrica ficam obrigadas a aplicar, anualmente, o montante de, no mínimo, 1% de sua receita operacional líquida em pesquisa e desenvolvimento no setor elétrico. Conforme dispõe o artigo 12 da Lei nº 10.848, de 15 de março de 2004, os investimentos em P&D acima descritos devem ser realizados da seguinte forma:

- 0,4% dos recursos devem ser depositados no FNDCT – Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e tecnológico;
- 0,4% para projetos de P&D segundo regulamentos estabelecidos pela ANEEL;
- 0,2% são recolhidos para o MME (Ministério de Minas e Energia).

	2014	2013
Circulante	1.871	1.384
Não Circulante	438	860
	2.309	2.244

25 Compromisso

A Companhia firmou Contrato de Compra e Venda de Energia Elétrica em 7 de março de 2002 para fornecimento de energia para a CEB Distribuição S.A., onde anualmente deverá fornecer os seguintes montantes de energia:

	MWh/ano
2015	665.760
2016	665.760
2017	665.760
2018	665.760
2019 a 2035	11.317.920
	13.980.960

* * *